



PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
AGO 2024



MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A.

CNPJ 90.076.886/0001-40
NIRE 43300031161
Companhia Aberta – Código CVM 13.765
Código de negociação na B3: MNPR3

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

26 DE ABRIL DE 2024

Av. Senador Alberto Pasqualini, nº 1535 – Bairro São Cristóvão – Lajeado/RS

Lajeado (RS), 21 de março de 2024.

Prezados Acionistas,

Os Administradores da Minupar Participações S.A. (“Minupar” ou “Companhia”) submetem à apreciação de seus Acionistas, a presente proposta da administração acerca das matérias que serão deliberadas na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada presencialmente em 26 de abril de 2024.

O Edital de Convocação para esta Assembleia Geral Ordinária foi divulgado em 21/03/2024, contendo os seguintes assuntos na ordem do dia:

- a. analisar, discutir e deliberar sobre o Relatório da Administração, Demonstrações Contábeis, Parecer dos Auditores Independentes, Parecer do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal e demais documentos referentes ao exercício social findo em 31.12.2023;
- b. deliberar acerca da composição do Conselho de Administração da Companhia e realizar a eleição dos seus membros;
- c. fixar a remuneração global dos Administradores para o ano de 2024;
- d. se instalado o Conselho Fiscal, eleição de seus membros e fixação de sua remuneração, nos termos do artigo 161 da Lei nº 6.404/76.

Ainda, anexado ao presente documento conta, com os Comentários dos Diretores sobre a situação financeira da Companhia no exercício de 2024, nos termos do item 02, do Anexo C, da Instrução CVM nº 80, de 29.03.2022 (Formulário de Referência), do presente documento.

A seguir, apresentamos a presente Proposta da Administração englobando assuntos a serem deliberados na Ordem do Dia e as demais informações necessárias para análise das matérias pelos acionistas na Assembleia Geral Ordinária de 2024.

Desde já, colocamo-nos à disposição para informações adicionais, pelos canais oficiais da Companhia (<https://www.minupar.com.br/contato>).

Cordialmente,

Administração da Minupar Participações S.A.

SUMÁRIO

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO	4
(A) Proposta para aprovação das demonstrações financeiras	4
(B) Proposta para eleição de membros do Conselho de Administração	6
(C) Proposta para a remuneração global dos Administradores	7
(D) Proposta para eleição e remuneração global dos Conselheiros Fiscais	8
Informe sobre a destinação do lucro líquido	9
ESCLARECIMENTOS FINAIS	9
Anexo I - Informações referentes à seção 02 do Formulário de Referência	10
Anexo II – Informações dos candidatos indicados para a eleição do Conselho de Administração (itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência)	21
Anexo III – Informações referentes à seção 8 do Formulário de Referência	24
Anexo IV – Informações dos candidatos indicados para a eleição do Conselho Fiscal (itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência)	32

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Minupar Participações S/A, vem apresentar aos Senhores Acionistas as seguintes propostas, a ser objeto de deliberação em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 26 de abril de 2024:

- (A) Aprovar as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2023;
- (B) Deliberar a eleição de 05 (cinco) membros para compor o Conselho de Administração e eleger os seus membros pelo mandato de um ano;
- (C) Aprovar a remuneração global dos membros da Administração em até R\$ 770.000,00 (setecentos e setenta mil reais) para o ano de 2024, a ser individualizada pelo Conselho de Administração;
- (D) Caso seja instalado o Conselho Fiscal a pedido de acionistas, nos termos da lei, eleger 03 (três) membros para o Conselho Fiscal e aprovar a sua remuneração global em até R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) para o ano de 2024.

Em atenção ao artigo 201 da Lei 6.404/76, **a Companhia informa que o lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 será absorvido pela conta de prejuízos acumulados**, nos termos do artigo 189 da Lei 6.404/76, deste modo, não haverá deliberação para constituição de reservas e retenção de lucros, tampouco para distribuição de dividendos. Não havendo deliberação sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado, o emissor deixa de apresentar o Anexo A, da Resolução CVM nº 81.

As propostas da Administração para a deliberação dos itens citados, bem como as informações sobre cada uma das matérias serão detalhadas a seguir.

(A) Proposta para aprovação das demonstrações financeiras

A Administração da Companhia apresentou no dia 15 de março de 2024 as Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado no dia 31 de dezembro de 2023, bem como, o Relatório dos Administradores, dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal, por meio da divulgação no site da Companhia e arquivamento na CVM e B3.

O Relatório Anual dos Administradores, as Demonstrações Financeiras e suas Notas Explicativas, auditadas pela Grant Thornton Brasil Auditores Independentes, foram apreciadas pelos membros do Conselho de Administração em reunião realizada no dia 14.03.2024, havendo manifestação favorável do órgão colegiado pela aprovação dos documentos aqui mencionados, tendo sido, portanto, considerados em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária.

Com base nos documentos analisados e nos esclarecimentos prestados pela Administração e pelos Auditores Independentes, os membros do Conselho Fiscal opinaram, em 14.03.2024, que as Demonstrações Financeiras, suas respectivas Notas Explicativas e o Relatório da Administração, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023, estão adequadamente apresentados, em condições de serem apreciados pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária.

Tais documentos foram devidamente disponibilizados aos acionistas no site da CVM, da Bolsa de Valores (B3), na página da internet da Companhia, seguindo as disposições específicas, e as informações referentes à seção 02 do Formulário de Referência são apresentadas como [Anexo I](#) deste documento.

Os documentos a que se refere o art. 133 da Lei 6.404/76, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, foram também publicados no dia 16.03.2024 no Jornal A Hora, de forma resumida na edição física e na íntegra na página da internet (<https://grupoahora.net.br/publicidade-legal/>), sendo ainda disponibilizados na sua sede social, localizada na Avenida Senador Alberto Pasqualini, nº 1535, bairro São Cristóvão, em Lajeado, RS.

Por fim, por considerar que estão adequadamente apresentadas, a Administração propõe à Assembleia a aprovação das contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2023, nos exatos termos publicados.

(B) Proposta para eleição de membros do Conselho de Administração

Inicialmente, cumpre esclarecer que poderão ser eleitos para compor o Conselho de Administração, pessoas naturais e residentes neste país. De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração será composto de, no mínimo, 03

(três) e, no máximo, 09 (nove) membros, com mandato de 01 (um) ano, permitida a reeleição.

Neste sentido, a **Administração propõe a eleição de 05 (cinco) membros para compor o Conselho de Administração.**

Assim, sendo requerida a eleição em separado, deverão ser eleitos 04 (quatro) membros em eleição geral e mais 01 (um) membro a ser eleito pelos acionistas minoritários em votação em separado, de modo que se mantenha a composição com 05 (cinco) membros no total.

Os cargos de Presidente e de Vice-presidente serão definidos por eleição entre os próprios membros do Conselho de Administração, observando-se os termos do artigo 19, parágrafo único, do Estatuto Social, a ser realizada na primeira Reunião do Órgão que suceder a Assembleia.

Aprovada a proposta para composição do referido Órgão, a Administração propõe que seja eleito pelo menos **01 (um) membro independente** para o Conselho de Administração, para cumprimento do disposto no artigo 140, § 2º, da Lei 6.404/76 e observando os requisitos do Anexo K da Resolução CVM nº 80. Destaca-se que, nos termos da norma citada, poderá ser considerado independente o candidato eleito por eleição em separado requerida por acionistas minoritários.

Além disso, propõe-se que sejam eleitas **02 (duas) mulheres**, no mínimo, para comporem o Conselho de Administração, de modo que a composição da administração esteja em linha com as medidas ASG dispostas no Regulamento de Emissores da B3 e possibilite a manutenção do Selo WOB pela Companhia.

As informações indicadas no item 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência, conforme artigo 11 da Resolução CVM nº 81, relativas aos candidatos indicados para compor o Conselho de Administração da Companhia, foram inseridas no [Anexo II](#) do presente documento.

As informações sobre requerimentos e indicações de acionistas minoritários, inclusive quanto à indicação de candidatos, serão divulgadas por meio de Aviso aos Acionistas, cumprindo o disposto no art. 37º da Resolução CVM nº 81 e no Ofício Circular Anual, para garantir a esses candidatos a mesma transparência e divulgação.

Indicação de candidatos para o Conselho de Administração:

A Administração da Companhia deixa de apresentar candidatos para os cargos de Conselheiros de Administração, tendo em vista que **o grupo controlador informou a intenção de reeleição dos membros atuais, por meio de solicitação enviada para inclusão dos seguintes candidatos para compor o Conselho de Administração:**

- (i) **Sra. Chao En Hung;**
- (ii) **Sra. Margareth Schacht Herrmann;**
- (iii) **Sra. Livia Toshie Suguita Chao; e**
- (iv) **Sr. Francisco Asclépio Barroso Aguiar.**

(C) Proposta para a remuneração global dos Administradores

De acordo com a determinação da Lei 6.404/76 e § 2º do art. 18 do Estatuto Social, cabe à Assembleia Geral Ordinária fixar a remuneração dos administradores.

Deste modo, submete-se à Assembleia Geral Ordinária a **proposta de fixar o montante de até R\$ 770.000,00 (setecentos e setenta mil reais) de remuneração global dos membros da Administração para o ano de 2024**, para distribuição entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria.

Nos termos do art. 22, “h”, do Estatuto Social, cabe ao Conselho de Administração proceder a individualização da remuneração dos Administradores dentro dos limites estabelecidos na Assembleia Geral, o que deverá ocorrer na primeira reunião realizada pelo órgão após a Assembleia.

As informações referentes ao item 08 do Formulário de Referência estão inseridas no [Anexo III](#) do presente documento.

(D) Proposta para eleição e remuneração global dos Conselheiros Fiscais

A instalação do Conselho Fiscal se dará mediante requerimento de acionistas que representem, no mínimo, 4% (quatro por cento) de ações com direito a voto, na forma da Resolução CVM nº 70.

Se requerida a instalação do Conselho Fiscal, poderão ser eleitos para compor o Conselho Fiscal, pessoas naturais, residentes no País, diplomadas em curso de nível universitário, ou que tenham exercido por prazo mínimo de 3 (três) anos, cargo de administrador de empresa ou de conselheiro fiscal.

O Conselho Fiscal será composto de, no mínimo, 03 (três) e, no máximo, 05 (cinco) membros, com mandato de 01 (um) ano, conforme o artigo 33 do Estatuto Social da Companhia. Se requerida a instalação do órgão, **a Administração da Companhia propõe que sejam eleitos 03 (três) membros para compor o Conselho Fiscal neste mandato.**

Os indicados pelo grupo controlador para os cargos de Conselheiros Fiscais são (currículos incluídos no [Anexo IV](#)):

(i) **Sr. Celso Cândido Filho;**

Suplente: **Sra. Amanda Lopes Gimenez Masseu;**

(ii) **Sr. Henrique Barcelos Ercoli;**

Suplente: **Sra. Maria Aparecida Gomes Siqueira.**

Sendo eleitos os membros, submete-se à Assembleia Geral Ordinária proposta de fixar o montante de até R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) de remuneração global dos membros do Conselho Fiscal para o ano de 2024, a ser distribuído entre os conselheiros fiscais efetivos eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia.

Informe sobre a destinação do lucro líquido

Em atenção ao art. 201 da Lei 6.404/76, a Companhia informa que o lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 será absorvido pela conta de prejuízos acumulados, nos termos do artigo 189 da Lei 6.404/76, deste modo, não haverá deliberação para constituição de reservas e retenção de lucros, tampouco para distribuição de dividendos, motivo pelo qual, o emissor deixa de apresentar o Anexo A, Resolução CVM nº 81.

ESCLARECIMENTOS FINAIS

Nos termos da Resolução CVM 81, os documentos necessários para participação em Assembleia foram disponibilizados através da divulgação do Manual para Participação em Assembleia nas páginas eletrônicas da Companhia (www.minupar.com.br), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br).

21 de março de 2024.

Administração da Minupar Participações S.A.

Anexo I - Informações referentes à seção 02 do Formulário de Referência

2. Comentários dos diretores

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

As condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para dar continuidade em seus negócios, e cumprir com suas obrigações de curto e longo prazos junto às instituições financeiras e obrigações tributárias junto ao governo, também acredita que sua operação produz resultado suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos, no mínimo, para os próximos 12 meses.

b. estrutura de capital

Devido ao Patrimônio Líquido Consolidado Negativo, a estrutura capital consolidada da Companhia está composta da seguinte maneira:

(Montantes expressos em R\$ mil)

	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Capital próprio (patrimônio líquido)	(324.175)	(336.085)	(344.161)
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	651.472	633.973	611.092
Capital total (próprio + terceiros)	327.297	297.888	266.931
Parcela de capital próprio	-99,05%	-112,82%	-128,93%
Parcela de capital de terceiros	199,05%	212,82%	228,93%

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A necessidade de recursos da Companhia refere-se principalmente a:

- (i) Pagamento dos custos de produção, dentre eles gastos com pessoal, energia elétrica e gastos com manutenção;
- (ii) Pagamento de obrigações, fiscais, trabalhistas e sociais;

As principais fontes de recursos da Companhia são:

- (i) Caixa gerado pelas atividades operacionais;

Os Diretores acreditam que os recursos existentes, a geração de caixa operacional e os recursos gerados pelas captações da Companhia serão suficientes para cobrir suas necessidades de liquidez e compromissos financeiros para os próximos 12 meses.

No quadro a seguir são demonstrados os índices de coberturas dos últimos 3 (três) exercícios sociais:

(Montantes expressos em R\$ mil)

	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
EBITDA ajustado	61.248	69.221	52.359
Resultado Financeiro	35.586	30.934	12.834
Índice de cobertura	1,72	2,24	4,08

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia utiliza como fonte de capital de giro os recursos próprios gerados na operação, assim como antecipação de recebíveis vinculados ao contrato de prestação de serviço.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia não tem intenção para realização de fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretenda utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os contratos de empréstimos e financiamentos referentes às demonstrações consolidadas do emissor estão indicados no item seguinte.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os empréstimos e financiamentos, referentes às demonstrações consolidadas do emissor, junto às instituições financeiras possuem as seguintes características e condições:

Instituição	Curto Prazo		Longo Prazo	
	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
Banrisul - Consórcio	274	126	163	160
Total	274	126	163	160

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não se aplica.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

O emissor e suas controladas estão impossibilitados em distribuir dividendos devido a existência de dívidas previdenciárias, bem como pela existência de prejuízos acumulados que devem ser absorvidos por lucros futuros. Com relação aos bens imóveis da Controlada Indireta Companhia Minuano, os mesmos estão em garantia de processos tributários, o que impede a alienação dos mesmos.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

O emissor não possui financiamentos, apenas uma operação de consórcio, conforme já detalhado no item anterior.

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

Não se aplica.

2.2. Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da controlada Companhia Minuano de Alimentos se divide basicamente em 2 segmentos, conforme quadro abaixo:

Valores expressos em milhares de reais

Segmento	2023	2022	2021
Industrializados	182.797	205.329	178.021
Frigorífico – Abate e Processamento de Aves	202.554	186.075	165.787
Total	385.351	391.404	343.808

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Receita Líquida

O faturamento líquido da Companhia no exercício de 2023 foi de R\$ 368.066 (R\$ 365.740 em 2022), resultando em um aumento percentual de aproximadamente 1%, associado aos seguintes fatores:

Reflexos positivos:

- a) Variação nas taxas atreladas ao dólar, o qual está diretamente ligado às vendas direcionadas ao Mercado Externo;
- b) Aumento no preço médio líquido nos produtos comercializados no Mercado Interno;
- c) Reajuste no contrato de prestação de serviços junto a outra empresa do ramo;

Reflexo negativo:

- d) Impacto da interrupção das atividades produtivas de industrialização de embutidos na cidade de Arroio do Meio, Rio Grande do Sul, nos meses de setembro e novembro de 2023, em decorrência de enchente ocasionada por ciclone extratropical.

Despesas com Vendas

As despesas com vendas durante o exercício de 2023 foram de R\$20.247 e para o exercício de 2022 foram de R\$29.961, equivalentes a 5,50 % e 8,19 % respectivamente da receita operacional líquida.

O principal impacto na redução das despesas com vendas em 2023 quando comparada com as despesas realizadas em 2022, está associado ao formato de negociação dos fretes marítimos sobre as vendas junto ao Mercado Externo, o qual tem sido praticado maior volume de vendas na condição “FOB - Free On Board” em 2023, enquanto que em 2022, as negociações estavam sendo realizadas em sua maior parte na condição “CFR - Cost And Freight”. Além disso, os custos dos fretes marítimos em 2023 tiveram uma leve queda de preços, quando comparados com os custos praticados em 2022.

No quadro abaixo são demonstradas as relações percentuais das despesas com vendas frente às receitas líquidas dos dois últimos exercícios, indicando a relação de % em 2023 e 8,19% em 2022, referente a participação das despesas com vendas sobre as receitas líquidas.

Rubricas	2023	2022
Receita Líquida	368.066	365.740
Despesas com Vendas	20.247	29.961
Relação %	5,50%	8,19%

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

A variação relevante na receita do ano de 2023 está relacionada com as enchentes que atingiram as unidades da Companhia nos meses de setembro e novembro, como informado na Nota Explicativa 34 das Demonstrações Financeiras do período, as quais ocasionaram uma redução no volume das vendas dos industrializados em 11% em comparação com o exercício social anterior, conforme devidamente demonstrado no Relatório de Administração no item “Receita Operacional Líquida”.

Além disso, as variações de taxa cambial registradas no exercício de 2021 decorreram dos efeitos ainda oriundos da pandemia Covid-19, e em relação ao exercício de 2022, o período mais sensível foi nos últimos meses do ano, devido ao fator político ocasionado pelas eleições, os efeitos destas variações foram devidamente divulgados pela Companhia nas Demonstrações Financeiras daqueles períodos.

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Segue demonstração das informações financeiras dos 3 últimos exercícios sociais. A tabela resumo abaixo facilita a compreensão dos dados. (Valores expressos em milhares de reais).

Descrição	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Receita Bruta	385.351	391.404	343.808
Receita Líquida	368.066	365.740	319.644
Lucro Bruto	95.156	104.240	80.061
Resultado Operacional	42.335	43.926	55.513
Lucro Líquido do Exercício	11.909	6.555	33.810
EBITDA Ajustado	61.248	69.221	52.359
Lucro por Ação	1,6773	0,9232	4,7619

2.3. Os diretores devem comentar:

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

As demonstrações contábeis da Companhia são apresentadas de acordo com os padrões internacionais de Demonstrações Contábeis (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Elas são elaboradas com base nos pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Nos 3 últimos exercícios não houveram alterações nas práticas contábeis que provocassem mudanças ou efeitos significativos nas demonstrações contábeis atualmente apresentadas.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

O Relatório dos Auditores Independentes não apresentou nenhuma opinião modificada, e

nenhuma ênfase.

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não há previsão de introdução ou alienação de segmento operacional.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não está prevista a constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

c. eventos ou operações não usuais

Não está prevista a ocorrência de eventos ou operações não usuais.

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. informar o valor das medições não contábeis

A Companhia utiliza como medição não contábil o EBIT (Earnings before interest and taxes) ou LAJIR (Lucro antes dos juros e impostos sobre a renda incluindo contribuição social sobre o lucro líquido), utiliza também o EBITDA (Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization) ou LAJIDA (Lucro antes de juros, impostos sobre renda incluindo contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização) e EBITDA ajustado ou LAJIDA ajustado, este último acrescido das despesas e receitas não recorrentes que não configuram ingresso ou desembolso de caixa, tais medidas são utilizadas pela Companhia como forma de mensurar seu desempenho, estas medidas são elaboradas em consonância com a Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012 ("Instrução CVM 527"), conciliada com as suas demonstrações contábeis.

O EBIT pode ser definido como resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro e das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras, enquanto que o EBITDA pode ser definido como resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações e amortizações, já o EBITDA ajustado ou LAJIDA ajustado é acrescido das despesas e receitas não recorrentes que não configuram ingresso ou desembolso de caixa.

A Administração da Companhia acredita que o EBIT, EBITDA e o EBITDA ajustado são

medidas práticas para mensurar o seu desempenho operacional e permitir uma comparação efetiva dos reflexos de diferentes períodos, como medida de valor.

Seguem abaixo os valores de EBIT, EBITDA e EBITDA ajustado da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021:

Medições não contábeis	31/12/23	31/12/22	31/12/21
EBIT	42.335	43.926	55.513
EBITDA	52.973	50.943	61.921
EBITDA ajustado	61.248	69.221	52.359

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Cálculo do EBITDA ajustado - Em R\$ mil	31/12/23	31/12/22	31/12/21
Lucro (prejuízo) líquido	11.909	6.555	33.810
(+ / -) Impostos correntes/(Impostos diferidos)	(5.160)	6.437	8.869
(+ / -) Resultado financeiro	35.586	30.934	12.834
EBIT	42.335	43.926	55.513
(+) Depreciações e amortizações	10.638	7.017	6.408
EBITDA	52.973	50.943	61.921
(+ / -) Eventos não recorrentes (a)	8.275	18.278	(9.562)
EBITDA ajustado	61.248	69.221	52.359

(a) Os valores demonstrados no quadro acima como “eventos não recorrentes”, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, estão relacionados à ajustes efetuados no período, e destacados nas notas explicativas nº 28 e 29, respectivamente identificadas como “Outras despesas operacionais” e “Outras receitas operacionais”, conforme quadro abaixo:

Ajuste	Valor	Divulgação
Despesas de litígios fiscais	4.765	NE nº 28 - item "a"
Provisão para Perda	4.275	NE nº 28 - item "b"
Reversão de créditos tributários	1.230	NE nº 28
Perdas Enchente	9.498	NE nº 28 - item "d"
Acordos Judiciais	(3.786)	NE nº 29 - item "a"
Créditos Fiscais	(5.131)	NE nº 29
Venda de ativos	(1.350)	NE nº 29
Recuperação de despesas	(1.226)	NE nº 29
Total	8.275	

Em relação ao exercício de 2022, o montante de R\$ 18.278 refere-se principalmente aos lançamentos registrados nas rubricas de “Despesas e provisões de processos judiciais”, “Provisão para perda (*Impairment*)”, e “Recuperação de despesas”, classificadas nos

grupos de outras receitas e despesas operacionais.

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia utiliza o EBIT, EBITDA e o EBITDA ajustado como indicadores não contábeis, pois acredita serem medidas práticas para medir seu desempenho operacional, facilitando a comparabilidade da sua estrutura ao longo dos anos, uma vez que correspondem a indicadores financeiros utilizados para avaliar os resultados de uma companhia sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e financeiros, itens não recorrentes e outros impactos sem reflexo direto em seu fluxo de caixa. A Companhia acredita que o EBIT, EBITDA e EBITDA ajustado são informações adicionais às suas demonstrações contábeis, mas não são medidas contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e não devem ser utilizadas como base de distribuição de dividendos ou como substitutos para o lucro líquido e fluxo de caixa operacional, como indicadores de desempenho operacional, tampouco como indicadores de liquidez. O EBIT, EBITDA e o EBITDA ajustado são informações adicionais às demonstrações financeiras e não devem ser utilizados em substituição aos resultados auditados ou revisados.

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Não ocorreram eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social.

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

a. regras sobre retenção de lucros

O Estatuto Social da Companhia prevê que do resultado do exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, e da provisão para pagamento do imposto de renda, será retirada parcela destinada a participação dos administradores no lucro, observados os limites definidos em lei, e cujo pagamento ficará condicionado a efetiva atribuição aos acionistas do dividendo obrigatório.

O lucro líquido terá a seguinte destinação: 5% (cinco por cento) para constituição de Reserva Legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do Capital Social; do saldo remanescente, ajustado consoante o disposto no Artigo 202 da Lei 6404/76, 25% (vinte e

cinco por cento), no mínimo, serão distribuídos aos acionistas como dividendo obrigatório e o saldo, se for o caso, que não for apropriado a Reserva de Investimento de Capital, ou retido na forma prevista em orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral, será destinado como dividendo suplementar aos acionistas.

A Reserva de Investimento e Capital de Giro terá por finalidade assegurar investimentos em bens do ativo permanente e acréscimo do capital de giro, inclusive através de amortização de dívidas da sociedade, bem como o financiamento de empresas controladas e coligadas. Será formada com a parcela de 10% do saldo do lucro ajustado após dele deduzido o dividendo obrigatório. Terá como limite máximo importe que não poderá exceder, em conjunto com a Reserva Legal, o valor do Capital Social.

A Assembleia Geral, quando entender suficiente o valor da dita Reserva Estatutária, poderá destinar o excesso para distribuir aos acionistas.

b. regras sobre distribuição de dividendos

Conforme disposto no Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos à conta do lucro apurado no balanço patrimonial semestral, bem como em decorrência de balanços em períodos menores, atendido no último caso, o limite do Artigo 204, parágrafo 1º, da Lei 6.404/76, ou ainda, declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou reservas, obedecidos os limites legais.

Quando declarados dividendos intermediários, em percentual não inferior ao obrigatório, o Conselho de Administração poderá autorizar, para aprovação da Assembleia Geral, participação proporcional aos administradores.

c. periodicidade das distribuições de dividendos

Nos últimos 3 (três) anos não foram distribuídos dividendos.

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

O emissor e suas controladas estão impossibilitados em distribuir dividendos devido a existência de dívidas previdenciárias, bem como pela existência de prejuízos acumulados que devem ser absorvidos por lucros futuros.

e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o

emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O emissor não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

O emissor e suas controladas diretas e indireta não possuem ativos e passivos que não estejam contemplados no seu balanço patrimonial.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

O emissor e suas controladas diretas e indireta não possuem outros itens que não estejam contemplados no seu balanço patrimonial.

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

Não se aplica, pois o emissor e suas controladas diretas e indireta não possuem outros itens que não estejam contemplados no seu balanço patrimonial.

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Em 2023 os investimentos realizados, pela controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos totalizaram R\$19.446 mil (R\$10.520 mil em 2022). Os investimentos foram voltados à modernização e melhorias nos processos industriais das unidades fabris da Controlada.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia utiliza, além de recursos próprios, parcelamento diretamente com seus fornecedores.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos relevantes, bem como previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

No ano a Companhia não efetuou aquisições individuais que influenciam materialmente sua capacidade produtiva, as aquisições fazem parte de um conjunto de ações que visam a maximização da produção.

c. novos produtos e serviços, indicando:

Durante o ano não ocorreu produção de novos produtos.

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Durante o ano não ocorreu nenhuma pesquisa

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Durante o ano não ocorreu nenhum gasto em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Durante o ano não ocorreu nenhum novo projeto.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Durante o ano não ocorreu nenhum gasto em desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Em relação às práticas de ASG, a Companhia busca se aperfeiçoar em procedimentos e melhorias relacionadas ao meio ambiente, sociedade e práticas de governança, deste modo, desenvolveu internamente uma Política de Meio Ambiente, com intuito de adequar as práticas de gestão ambiental, visando a proteção e conservação do meio ambiente,

trabalhando de forma a minimizar os impactos negativos causados por sua atividade. No entanto, por se tratar de um assunto novo, a Companhia está realizando o mapeamento dos processos a fim de verificar quais pontos de melhorias poderão ser aprimorados.

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Todos os fatores considerados relevantes pelo emissor, foram descritos nos itens anteriores.

Anexo II – Informações dos candidatos indicados para a eleição do Conselho de Administração (itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência)

(i) Nome: Chao En Hung

Data de nascimento: 09/03/1965

Profissão: Empresária

CPF: 050.245.498-99

Cargo eletivo ocupado atualmente: Presidente do Conselho de Administração

Eleito pelo controlador: Sim

Membro independente: Não

Data de início do primeiro mandato consecutivo: 18.06.2021

Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos: Agropecuarista há 37 anos, trabalhou no mercado financeiro por 18 anos e atualmente atua como Diretora contratada pela Companhia Minuano de Alimentos, controlada indireta da Minupar.

Descrição de condenações que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: Não se aplica.

Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau: Cunhada de Livia Toshie Suguita Chao, Conselheira da Administração da Companhia.

Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, em sociedade controlada, controlador, fornecedor, cliente, devedor ou credor: Diretora presidente contratada na controlada Companhia Minuano de Alimentos.

(ii) Nome: Margareth Schacht Herrmann

Data de nascimento: 09/08/1983

Profissão: Química Industrial de Alimentos

CPF: 002.407.460-82

Cargo eletivo ocupado atualmente: Vice-Presidente do Conselho de Administração

Eleito pelo controlador: Sim

Membro independente: Não

Data de início do primeiro mandato consecutivo: 18.06.2021

Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos: Atua há 18 anos no ramo de frigoríficos, nas Áreas de Qualidade, Excelência Industrial e Administração. Já atuou em empresas como Senfter, BRF, Marfrig e JBS. Desde abril de 2016 é Diretora da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.

Descrição de condenações que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: Não se aplica.

Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau: Não se aplica.

Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, em sociedade controlada, controlador, fornecedor, cliente, devedor ou credor: Diretora na controlada Companhia Minuano de Alimentos.

(iii) Nome: Livia Toshie Suguita Chao

Data de nascimento: 13/01/1962

Profissão: Empresária

CPF: 076.434.648-20

Cargo eletivo ocupado atualmente: Membro do Conselho de Administração

Eleito pelo controlador: Sim

Membro independente: Não

Data de início do primeiro mandato consecutivo: 14.12.2022

Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos: Sócia de diversas empresas, atuando principalmente no setor de logística e financeiro. Foi eleita como Conselheira de Administração da Companhia em 18.06.2021 até 27.04.2022.

Descrição de condenações que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: Não se aplica.

Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau: Cunhada de Chao En Hung, Presidente do Conselho de Administração da Companhia.

Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, em sociedade controlada, controlador, fornecedor, cliente, devedor ou credor: Participa do grupo controlador da Companhia.

(iv) Nome: Francisco Asclépio Barroso Aguiar

Data de nascimento: 19/02/1961

Profissão: Engenheiro Mecânico-Nuclear e Matemático

CPF ou número do passaporte: 170.810.253-15

Cargo eletivo ocupado atualmente: Membro do Conselho de Administração

Eleito pelo controlador: Sim

Membro independente: Não

Data de início do primeiro mandato consecutivo: 28.04.2022

Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos: Membro do Conselho Fiscal das seguintes empresas: La Fonte Fechaduras S.A; La Fonte Investimentos S.A; La Fonte Telecomunicações S.A; Jereissati Telecom S.A; Jereissati Participações; Iguatemi S/A - de 1996 até 2022. Companhias abertas com Registro na CVM. Coordenador de Projetos de Grande Porte de 2003 a 2022.

Descrição de condenações que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: Não se aplica.

Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau: Não se aplica.

Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, em sociedade controlada, controlador, fornecedor, cliente, devedor ou credor: Não se aplica.

Anexo III – Informações referentes à seção 8 do Formulário de Referência

1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração:

A Companhia não formalizou Política de Remuneração dos Administradores, sendo que as práticas utilizadas se alinham aos interesses da Companhia e têm o objetivo de reconhecer os profissionais pelos serviços prestados, visando estimulá-los a contribuir e a buscar cada vez mais a expansão dos negócios e como consequência o retorno aos acionistas.

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria:

A definição da remuneração individual do Conselho de Administração e da Diretoria ocorre em reunião do Conselho de Administração e leva em consideração as responsabilidades de cada membro e o tempo dedicado às suas funções, assim como, as condições financeiras da Companhia.

A remuneração proposta para os membros a serem eleitos na Assembleia Ordinária de 2024, leva em consideração as condições da Companhia e o trabalho que é realizado pelos Administradores, considerando que a operação do grupo está centralizada na Companhia controlada.

c. composição da remuneração:

A remuneração anual é composta de honorários mensais fixos e 13º salário no mês de dezembro, podendo ainda, eventualmente, ser deliberado pelo Conselho de Administração o pagamento de um valor extra a título de bonificação, considerando o resultado alcançado pela Companhia no exercício social, sendo sempre observado o limite aprovado em Assembleia Geral. A proposta para o ano de 2024, observou o pagamento de bonificação realizada no mês de janeiro de 2024, relativo ao exercício social de 2023.

A Companhia não tem por prática efetuar pagamento de outro tipo de remuneração variável, bem como não tem membros não remunerados.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

A remuneração dos administradores é suportada pela controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor:

Não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal (em reais):

Previsão 2024	Conselho Adm.	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros remunerados	5	3	3	10
Salário ou pró-labore	325.000	195.000	195.000	715.000
Bônus	50.000	30.000	-	80.000
Total da remuneração	375.000	225.000	195.000	875.000

Valores 2023	Conselho Adm.	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros remunerados	5	3	3	11
Salário ou pró-labore	325.000	139.333	159.000	614.000
Total da remuneração	325.000	139.333	159.000	623.333

Valores 2022	Conselho Adm.	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros remunerados	5	2	3	10
Salário ou pró-labore	134.967	52.000	78.067	265.033
Bônus	16.333	8.000	-	24.333
Total da remuneração	151.300	60.000	78.067	289.367

Valores 2021	Conselho Adm.	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros remunerados	6	2	3	11
Salário ou pró-labore	121.474	60.867	44.600	226.941
Bônus	24.000	8.000	-	32.000
Total da remuneração	145.474	68.867	44.600	258.941

3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Nos anos de 2021 e 2022, foi aprovado o pagamento de bônus aos Administradores em Reunião do Conselho de Administração, no valor de duas remunerações efetuado no mês de dezembro. Referida bonificação não foi concedida aos membros do Conselho Fiscal.

Valores 2022	Conselho Adm.	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros remunerados	5	2	3	8
Valor total reconhecido	16.333	8.000	-	24.333

Valores 2021	Conselho Adm.	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros remunerados	6	2	3	8
Valor total reconhecido	24.000	8.000	-	32.000

Havia previsão de pagamento de bônus aos Administradores da Companhia no ano de 2023, o qual estava compreendido no valor global aprovado em Assembleia Ordinária. No entanto, a deliberação acerca do pagamento de bônus relativo ao referido exercício ocorreu somente após o fechamento do resultado financeiro de 2023, de modo que foi efetivado o pagamento do valor de duas remunerações no mês de janeiro de 2024.

Portanto, para a remuneração global de 2024, está previsto apenas o pagamento do citado bônus, a título de remuneração variável:

Previsão para 2024	Conselho Adm.	Diretoria	Total
Nº de membros remunerados	5	3	7
Valor total reconhecido	50.000	30.000	70.000

4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações:

A Companhia não adota prática de remuneração baseada em ações para membros do Conselho de Administração e da Diretoria.

5. Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações:

A Companhia não adota prática de remuneração baseada em ações para membros do Conselho de Administração e da Diretoria.

6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Não houve outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e não estão previstas outorgas para o exercício social corrente.

7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

Não há opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria.

8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A Companhia não adotou a prática de remuneração baseada em opções e ações nos 3 últimos exercícios sociais e não há previsão para o exercício social corrente.

9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A Companhia não adotou a prática de remuneração baseada em ações nos 3 últimos exercícios sociais e não há previsão para o exercício social corrente.

10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A Companhia não adotou a prática de remuneração baseada em outorga de ações nos 3 últimos exercícios sociais e não há previsão para o exercício social corrente.

11. Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A Companhia não adotou a prática de remuneração baseada em ações nos 3 últimos exercícios sociais e não há previsão para o exercício social corrente.

12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 5 a 11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

A Companhia não adotou a prática de remuneração baseada em opções e ações nos 3 últimos exercícios sociais e não há previsão para o exercício social corrente.

13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal:

No final do último exercício social encerrado, o Conselho de Administração detinha, direta ou indiretamente, 829.129 ações ordinárias emitidas pela Minupar Participações S.A. e a Diretoria detinha 3.810 ações ordinárias. O Conselho Fiscal não detinha ações.

Os membros da chapa para o Conselho de Administração proposta pelo grupo controlador, a serem eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2024, detêm 830.729 ações em 21.03.2024.

14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários:

A Companhia não confere planos de previdência aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores estatutários.

15. Indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:**Diretoria Estatutária**

ANO	PREVISTO 2024	2023	2022	2021
Nº de membros	3	3	2	2
Nº membros remunerados	3	3	2	2
Valor da maior remuneração (R\$)	75.000	65.000	30.000	30.000
Valor da menor remuneração (R\$)	75.000	65.000	30.000	30.000
Valor médio da remuneração (R\$)	75.000	65.000	30.000	34.433

Conselho de Administração

ANO	PREVISTO 2024	2023	2022	2021
Nº de membros	5	5	5	6
Nº membros remunerados	5	5	5	6
Valor da maior remuneração (R\$)	75.000	65.000	30.000	30.000
Valor da menor remuneração (R\$)	75.000	65.000	30.000	30.000
Valor médio da remuneração (R\$)	75.000	65.000	30.260	25.246

Conselho Fiscal

ANO	PREVISTO 2024	2023	2022	2021
Nº de membros	3	3	3	3
Nº membros remunerados	3	3	3	3
Valor da maior remuneração (R\$)	65.000	53.000	26.000	14.867
Valor da menor remuneração (R\$)	65.000	53.000	26.000	14.867
Valor médio da remuneração (R\$)	65.000	53.000	26.022	14.867

Observações: conforme orientação do ofício circular anual da CVM/SEP, o valor médio da remuneração foi calculado considerando o número de membros eleitos em Assembleia Ordinária. Para definir o valor da maior e da menor remuneração, levou-se em consideração apenas os membros que atuaram por 12 meses.

De modo diverso, em 2021, o Conselho Fiscal foi instalado apenas no mês de junho, portanto foi considerado o período parcial.

16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria:

A Companhia não dispõe de instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos:

Órgão	2023	2022	2021	2020
Conselho de Administração	40,00%	45,63%	46,56%	33,52%
Diretoria Executiva	0%	0%	12,87%	0%
Conselho Fiscal	0%	0%	0%	0%

18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

No exercício social de 2021 foi reconhecido o pagamento de honorários advocatícios no valor de R\$150.000,00 ao Vice-Presidente do Conselho de Administração à época, Sr. Welinton Balderrama dos Reis, para atuação no processo nº 017/1.13.0002978-6, como advogado.

Para os demais membros da administração, nos três últimos exercícios não foram reconhecidos valores no resultado do emissor como remuneração por qualquer razão que não as funções que ocupam.

19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

A remuneração dos administradores é totalmente suportada pela Controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.

**Anexo IV – Informações dos candidatos indicados para a eleição do Conselho Fiscal
(itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência)**

Efetivos:

(i) Nome: Celso Cândido Filho

Data de nascimento: 22/10/1958

Profissão: Advogado

CPF: 003.579.218-36

Cargo eletivo ocupado atualmente: Membro do Conselho Fiscal

Eleito pelo controlador: Sim

Membro independente: Não se aplica

Data de início do primeiro mandato consecutivo: 18.06.2021

Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos: Trabalhou na Bolsa por 25 anos como operador de pregão. Advogado autônomo desde 2002, inscrito na OAB/SP sob o nº 197.336.

Descrição de condenações que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: Não se aplica.

Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau: Não se aplica.

Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, em sociedade controlada, controlador, fornecedor, cliente, devedor ou credor: Não se aplica.

Suplente:

(i) Nome: Amanda Lopes Gimenez Masseu

Data de nascimento: 07/01/1992

Profissão: Psicóloga e Neurocoaching

CPF: 386.671.278-25

Cargo eletivo ocupado atualmente: Membro suplente do Conselho Fiscal

Eleito pelo controlador: Não

Membro independente: Não se aplica

Data de início do primeiro mandato consecutivo: Não se aplica

Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos: Desde 2018 atua como Neurocoaching e Mediadora empresarial.

Descrição de condenações que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: Não se aplica.

Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau: Não se aplica.

Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, em sociedade controlada, controlador, fornecedor, cliente, devedor ou credor: Não se aplica.

(ii) Nome: Henrique Barcelos Ercoli

Data de nascimento: 11/08/1983

Profissão: Advogado

CPF: 326.166.028-73

Cargo eletivo ocupado atualmente: Membro do Conselho Fiscal

Eleito pelo controlador: Não

Membro independente: Não se aplica

Data de início do primeiro mandato consecutivo: 28.04.2022

Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos: Advogado com atuação de 15 anos em Direito Tributário e Direito Empresarial, formado em Direito pela Universidade Cidade de São Paulo – UNICID em dezembro de 2006, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo sob o nº 256.951 desde 20/04/2007. Sócio proprietário do escritório de advocacia ERCOLI SOCIEDADE DE ADVOGADOS, inscrito no CNPJ nº. 25.377.793/0001-93. Sócio proprietário da empresa de Consultoria ENGIER CONSULTORIA E PLANEJAMENTO EMPRESARIAL – EIRELI, inscrita no CNPJ nº. 08.464.038/0001-27. Sócio proprietário da empresa SAFH - GESTAO E PARTICIPACOES LTDA, inscrita no CNPJ nº. 31.283.119/0001-42.

Descrição de condenações que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: Não se aplica.

Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau: Não se aplica.

Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, em sociedade controlada, controlador, fornecedor, cliente, devedor ou credor: Não se aplica.

Suplente:

(ii) Nome: Maria Aparecida Gomes Siqueira

Data de nascimento: 20/09/1968

Profissão: Administradora

CPF: 362.605.921-91

Cargo eletivo ocupado atualmente: Membro suplente do Conselho Fiscal

Eleito pelo controlador: Não

Membro independente: Não se aplica

Data de início do primeiro mandato consecutivo: Não se aplica

Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos: Formada na Faculdade Superior FMV em 2004 – São Paulo. Pós Graduação Administração Hospitalar – Faculdade São Camilo – São Paulo -2007; Trabalhou na Empresa Solidez por 13 anos e atualmente é empresária.

Descrição de condenações que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: Não se aplica.

Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau: Não se aplica.

Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, em sociedade controlada, controlador, fornecedor, cliente, devedor ou credor: Não se aplica.